



Estudo

Há 25 armas ilegais por cada 100 habitantes em Portugal

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra traçou o panorama da posse de armas ilegais. Investigadores e responsáveis pela segurança pedem maior monitorização, critérios mais rigorosos para a compra e porte de arma e maior cooperação entre entidades para combater o fenómeno.

» *Liliana Monteiro (*)*

Existem em Portugal cerca de 1,2 milhões de armas ilegais - ou seja, 25 armas por cada 100 habitantes. Na sua maioria, estão na posse de homens e fazem, por semana, pelo menos dois mortos. Entre 2003 e 2008, morreram 682 pessoas vítimas de armas de fogo. A violência armada custou ao Estado, no mesmo período, 108 milhões de euros.

Os dados são do estudo "Violência e armas ligeiras. Um retrato português", feito por uma equipa de investigação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O estudo foi desenvolvido por seis investigadores, que, durante dois anos e meio, analisaram dados estatísticos e entrevistaram cerca de 150 pessoas.

Existem em Portugal cerca de 2,6 milhões de armas de fogo, das quais 54% são legais. Dentro do grupo das legais, a grande maioria corresponde a armas de caça. Lisboa, Porto, Faro, Santarém e Setúbal (por ordem decrescente) são os distritos onde circulam mais armas ilegais.

Entre 2003 e 2008, a violência armada terá custado 108 milhões de euros anuais ao Estado, entre tratamentos hospitalares e perda de produtividade, e custos imputados ao cidadão, o sofrimento e perda de qualidade de vida. No mesmo período, as armas de fogo fizeram 2.047 feridos, entre elas 62 crianças.

Para mudar este cenário, a investigadora Tatiana Moura indica algumas medidas a tomar. O Governo deve "regular o mercado legal", mantendo "uma base de dados actualizada das armas registadas em Portugal". Além disso, a posse legal de armas deve ser desincentivada - tornando mais rigorosos os requisitos, incluindo "cursos de formação específicas para uso e porte de armas com exame" e revalidação da licença obrigatória - e deve proceder-se a uma "penalização mais rigorosa da posse e uso ilegal de armas".

Roubo é o principal uso de armas ilegais

Os portadores de armas legais e ilegais são, sobretudo, homens, de "nacionalidade portuguesa e com idades compreendidas entre os 40 e os 64 anos.

Os usos criminais de armas ilegais mais comuns são roubo com arma de fogo, seguido de ofensa física, tentativa de homicídio e, finalmente, o homicídio", refere



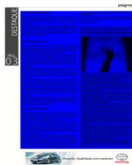
Tatiana Moura à *Renascença*.

"No caso do sexo feminino, as armas de fogo estão muitas vezes associadas ao tráfico de droga, usadas como forma de intimidação", adianta.

PSD pede mais acção



Fernando Negrão, ex-director-geral da Polícia Judiciária, disse à *Renascença* que o Ministério da Administração Interna devia dirigir os seus esforços para as redes informais que tornam "fácil" comprar uma arma ilegal. Para o deputado do PSD, os números hoje revelados demonstram a ineficácia do Governo nesta matéria. "Sabia que o fenómeno era maior do que parecia, mas não que tivesse as dimensões que este estudo revela e que só se explicam por alguma negligência das autoridades", afirmou Negrão.



Construir uma identidade

Muitos começam a usar armas ainda na juventude, “no seio do seu grupo de amigos ou, às vezes, em contexto familiar, quando há uma história de presença de armas de fogo”.

A arma serve para “construir uma identidade, como forma de aquisição de um estatuto ou de poder”, afirma Tatiana Moura. “Temos a situação de um jovem que disse que as armas lhe davam acesso a ténis, poder e raparigas”, exemplifica.

PSP desvaloriza estudo

Paulo Flôr, porta-voz da PSP, indicado pelo Ministério da Administração Interna para comentar a investigação, considera especulativos os números apresentados pelo estudo da Universidade de Coimbra.

O porta-voz da PSP considera que não há qualquer “dado científico [nesse estudo] que concretize qual o número de armas ilegais existente em Portugal”. “Se houvesse algum dado que permitisse obter este número redondo em concreto, já teria sido a própria PSP a divulgá-lo”.

Paulo Flôr prefere salientar outros dados: “São extraídas ou perdidas por dia, em Portugal, cerca de quatro armas e, nos últimos anos, o número de apreensões e entregas voluntárias feitas por dia à polícia são cerca de 15”.

Já Paulo Rodrigues, da Associação Sindical de Polícia, chama a atenção para o número de polícias que têm morrido em trabalho nos últimos anos. “Somos os que estamos na linha da frente e que podem, como já aconteceu, ser alvos daqueles que praticam crimes com armas de fogo”, refere, sublinhando: “Não é por nada que, nas duas últimas décadas, morreram vários polícias”.

O sindicalista defende, por isso, “um programa, uma estratégia por parte das várias forças e serviços de segurança, no sentido de combater e minimizar o número de armas ilegais em Portugal”.

Problema da sociedade

Surpreendido mostra-se José Manuel Anes, presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT), para quem é preciso trabalhar mais na apreensão de armas.

“Sabia que havia um número bastante elevado, mas não tanto. Houve um aumento de apreensões ultimamente, mas ainda não é suficiente”, indica, considerando “inadmissível que um número tão elevado de armas continue na posse de pessoas que as usam mesmo para fazer crimes”.

O presidente do Observatório de Proliferação de Armas da Comunidade Justiça e Paz, Fernando Roque Oliveira, defende que o problema do número de armas ilegais em Portugal é também um problema de mentalidades. “O número não surpreende. Essa estimativa deve ser tomada a sério e está ligada à percepção de insegu-

rança das pessoas e a actividades menos lícitas”, diz Roque Oliveira.

“Para controlar as armas, não basta a acção das forças policiais: é um problema da sociedade e deve ser encarado como tal”.

(*) com Vera Pinto e André Rodrigues

Ameaça do uso de arma comum nos casos de violência doméstica



Perto de um terço das mulheres que recorreram entre Outubro de 2009 e Março deste ano à Associação de Apoio à Vítimas (APAV) afirmou que o agressor possui ou tem acesso a armas de fogo, revela o estudo.

Os investigadores analisaram os impactos das armas de fogo na violência contra as mulheres naquele período temporal, em parceria com a Rede Internacional sobre Armas Ligeiras e a APAV, devido à “insuficiência” de dados oficiais nesta matéria.

Das 101 mulheres que recorreram à APAV e que responderam ao questionário, 30,7% refere que o responsável pela agressão possui ou tem acesso a armas de fogo. “Relevante é também a percentagem de denunciadas que afirmou não saber se o parceiro tinha uma arma em casa (39%)”, salienta o documento.

Os autores do estudo afirmam que o facto das mulheres não saberem se o parceiro tem uma arma em casa, “significa ter de lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência”. “E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente de ser usada ou mesmo vista”, sublinha.

Segundo o estudo, a ameaça do uso de arma é a forma de intimação mais comum nos casos de violência doméstica, sendo mesmo superior à exposição ou ao apontar da arma à vítima.

Os autores do estudo entrevistaram também reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires, que representa 45,6% da população prisional feminina em Portugal, e onde cerca de 8% está presa por crimes com armas de fogo.

As reclusas indicam que o seu contacto com armas foi mais tardio do que no caso dos homens e está associado à participação no tráfico de drogas.

Uma parte significativa dos relatos referiu o uso de armas de fogo em situações de violência doméstica, em particular como forma de reacção a um historial de maus tratos.



DR

Segurança

Portugal tem 1,2 milhões de armas ilegais

Um em cada quatro portugueses têm uma arma de fogo, das quais quase metade é ilegal. A conclusão é de um estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Entre 2003 e 2008, morreram 682 pessoas, vítimas de armas de fogo. » Pág. 2 a 3